



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº: 0333028-5**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0005193-57.2014.8.17.0001**

**COMARCA** : Recife – 3ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes  
**IMPETRANTE** : Arthur Hora Lafayette  
**PACIENTE** : Rosineide Maria da Silva  
**PROCURADORA** : Drª. Adriana Fontes  
**RELATOR** : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

**EMENTA:**

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. FLAGRANTE. HOMOLOGAÇÃO. CONVERSÃO EM PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO DEMONSTRADA EM FACE DA QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. PERICULOSIDADE DA AGENTE. CONFIGURAÇÃO. MANUTENÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DEMONSTRADA. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR OU SUBSTITUIÇÃO POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES. IMPOSSIBILIDADE. COAÇÃO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Mostra-se idônea a fundamentação que decreta a prisão preventiva com base na natureza e na quantidade de drogas apreendidas (205,838 gramas de crack), demonstrando a periculosidade do acusado. Precedentes do STF e do STJ.

II - As condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, desconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis, de ordem objetiva ou subjetiva, que autorizam a manutenção da medida extrema, como é a hipótese dos autos. Súmula 86/TJPE e Precedente do STJ.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

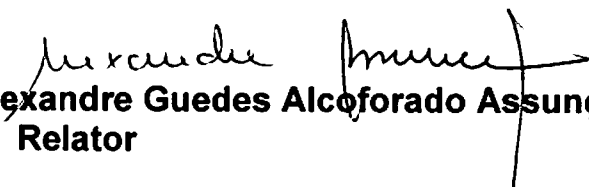


**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0333028-5** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade**, **em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife – PE, 17 de junho 2014

  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**HABEAS CORPUS Nº: 0333028-5**

**AÇÃO ORIGINÁRIA Nº 0005193-57.2014.8.17.0001**

**COMARCA** : Recife – 3ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes

**IMPETRANTE** : Arthur Hora Lafayette

**PACIENTE** : Rosineide Maria da Silva

**PROCURADORA** : Drª. Adriana Fontes

**RELATOR** : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

**RELATÓRIO**

O bel. **Arthur Hora Lafayette** impetrou ordem de *Habeas Corpus* liberatório, com pretensão liminar, em favor de **ROSINEIDE MARIA DA SILVA**, alegando que a paciente está sofrendo constrangimento ilegal em face de decisão que converteu a sua prisão em flagrante delito em prisão preventiva, nos autos do processo-crime nº **0005193-57.2014.8.17.0001** a que responde perante o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes, como incurso nas sanções do art.33, da Lei nº 11.343/06, e do art.12, da Lei nº 10.826/2003<sup>1</sup>, ao argumento de que a referida decisão está lastreada na gravidade em abstrato dos crimes em tela, não apresenta qualquer elemento concreto que justifique a manutenção da referida constrição cautelar.

Em extenso arrazoado, o impetrante se insurge contra a permanência da paciente na prisão, aduzindo que, embora a acusada tenha sido autuada em flagrante delito no interior de sua residência, por volta da 1:40 horas do dia **27/01/2014**, por manter em depósito a quantidade de **205,838 g** (duzentos e cinco gramas e oitocentos e trinta e oito miligramas) da substância entorpecente conhecida como "crack", além de **uma espingarda calibre 28 e cinco munições do mesmo calibre**, a conversão da referida prisão em preventiva somente ocorreu em

<sup>1</sup> Tráfico Ilícito de Entorpecentes

**Art. 33.** Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

**Pena** - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

**Posse irregular de arma de fogo de uso permitido**

**Art. 12.** Possuir ou manter sob sua guarda arma de fogo, acessório ou munição, de uso permitido, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, no interior de sua residência ou dependência desta, ou, ainda no seu local de trabalho, desde que seja o titular ou o responsável legal do estabelecimento ou empresa:

**Pena** - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**20/03/2014**, sem que o magistrado prolator da referida medida tenha apontado qualquer circunstância factual que sinalize concretamente risco à ordem pública.

Além disso, o subscritor da atrial mandamental alega que a paciente é primária de bons antecedentes, que possui residência fixa e trabalha como empregada doméstica, fazendo, portanto, jus à liberdade provisória, o que avulta o constrangimento ilegal suportado pela acusada.

Por fim, apresenta pedido subsidiário, requerendo, se for o caso, a substituição da prisão preventiva por outra medida cautelar mais adequada à hipótese em concreto.

A impetração veio acompanhada dos documentos de fls.13/25.

Às fls.34/35, indeferi o provimento liminar vindicado e solicitei informações à autoridade indigitada coatora, que as prestou às fls.43/44.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dr<sup>a</sup>. Adriana Fontes, através do parecer de fls.53/54, opinou pela concessão da ordem.

Está feito o relatório.

Recife – PE, 17 de junho 2014

  
**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

HABEAS CORPUS Nº: **0333028-5**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **0005193-57.2014.8.17.0001**

COMARCA : Recife – 3ª Vara Criminal dos Feitos relativos a  
Entorpecentes

IMPETRANTE : Arthur Hora Lafayette

PACIENTE : Rosineide Maria da Silva

PROCURADORA : Drª. Adriana Fontes

RELATOR : Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

## **VOTO**

---

Trata-se de ação mandamental que objetiva a revogação da prisão preventiva, ao argumento de que a referida custódia cautelar foi decretada com base na gravidade abstrata do crime e, alternativamente, a substituição da constrição preventiva por qualquer das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art.319, da Lei Adjetiva Penal.

Razão não assiste ao impetrante.

Destaco da decisão exarada em **20/03/2014**, que homologou a prisão em flagrante delito do paciente, convertendo-a sem preventiva, os fundamentos que lhe dão suporte, *in litteris* (fls.24/24-v):

*“(...) Considerando que o tráfico de drogas constitui-se ilícito de crescente e contemporânea atenção das autoridades de segurança do estado e do país, em face das mazelas sociais e violência urbana de que dele se originam, entendo ser necessária a decretação da prisão preventiva da acusada, quer para garantir a ordem pública, propiciando o sentimento de segurança do cidadão comum ante as providências judiciais em face da notícia de ocorrência de **crime de inegável gravidade** como o que se imputa, quer para assegurar isente persecução penal e a eventual aplicação da lei penal (...)”.*  
**(NEGRITEI)**

Como se vê, a Julgadora da instância primária, ao decretar o acautelamento preventivo do paciente **para garantia da ordem pública**, embasou-se em particularidade sobremodo importante à decretação da custódia cautelar, qual seja o malefício trazido para a sociedade em face da



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

atividade de narcotraficância desenvolvida pela paciente, bem como a possibilidade concreta de reiteração delitiva, o que fica evidente em face da excessiva quantidade da droga apreendida, no caso 205,838 g "crack", conforme admitido pelo próprio impetrante (fls.02).

Convém salientar que, conforme informação extraída do sítio eletrônico deste poder, que faço anexar à presente decisão, ao indeferir o pedido de revogação da segregação acautelatória ora impugnada, o Juízo da instância primária fundou-se na **"quantidade de drogas e armamentos apreendidos, nos termos do parecer ministerial"**, o que afasta, em definitivo, a alegação escandida pelo impetrante de que a preventiva da paciente está lastreada na gravidade abstrata do crime.

Com efeito, a considerável quantidade do entorpecente apreendido em poder da acusada e as circunstâncias em que se deu a sua prisão em flagrante, na qual também foram apreendidos arma de fogo e munições, são fatores que demonstram a gravidade concreta dos delitos que lhe são imputados e a sua periculosidade social, autorizando a conclusão pela necessidade da segregação para a garantia da ordem pública.

Diante disso, a decretação da prisão preventiva da paciente se revela devidamente justificada com vistas a evitar a continuação da delinquência no tráfico de drogas.

Corroborando esse entendimento, trago à colação julgado oriundo do Supremo Tribunal Federal, assim ementado:

*"(...) Não traduz manifesta arbitrariedade a decretação de prisão cautelar de acusado com quem foi apreendida **expressiva quantidade de drogas, a revelar profundo envolvimento na atividade de tráfico de drogas, com risco de reiteração delitiva e à ordem pública.**" (HC 109111, 1.<sup>a</sup> Turma, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO, Rel. p/ Acórdão, Ministra ROSA WEBER, DJe 06/03/2013.) (destaquei)*

Caminhando na mesma trilha, o Superior Tribunal de Justiça, assim decidiu:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

*"(...) Presentes os requisitos necessários para a decretação da prisão processual, de rigor sua manutenção, porquanto a garantia da ordem pública encontram-se devidamente fundamentada na significativa quantidade e natureza da droga apreendida em poder do Paciente, qual seja, 52 invólucros de cocaína na forma de crack prontos para distribuição, uma porção em embalagem plástica preta e uma porção não acondicionada, tudo pesando cerca de **16,35g (dezesesseis gramas e trinta e cinco centigramas)** (e-STJ Fl. 129), além de apetrechos para o preparo de drogas, bem como no envolvimento de dois menores na empreitada criminosa, evidenciando seu acentuado grau de periculosidade para o meio social. Precedentes (...) Habeas corpus não conhecido." (HC 292.175/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, QUINTA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 02/06/2014)*

Verifica-se, dessa forma, que a decretação da constrição preventiva não se ressentir de fundamentação, mas está respaldada em justificativas idôneas e suficientes, estando, portanto, presentes elementos concretos aptos a indicar a periculosidade do acusado ao meio social, sendo de rigor a manutenção da custódia cautelar.

Cumpra realçar, por outro lado, que as condições pessoais favoráveis, ora referidas, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao paciente a revogação da medida constritiva se há, nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Aliás, a construção jurisprudencial não discrepa de tal entendimento. Vejamos:

*"Condições pessoais favoráveis do agente não inviabilizam a prisão preventiva, se a manutenção da custódia encontra respaldo em outros elementos dos autos. Recurso parcialmente conhecido e desprovido." (RHC 20.092/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 26.09.2006, DJ 23.10.2006 p. 328)*

Nessa esteira, esta Corte de Justiça, já consolidou entendimento no sentido que:

*"Súmula 86/TJPE – As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva".*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

De igual modo, demonstrada a necessidade de se manter a prisão preventiva ora impugnada, resta afastada a possibilidade aplicação de quaisquer das medidas cautelares previstas no art.319, da Lei Adjetiva Penal.

Isto posto, divergindo do entendimento externado pela douta Procuradoria de Justiça, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife – PE, 17 de junho 2014

**Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção**  
**Relator**